



## Portugal *in albis*: a imagística de um país.

**Norberto do Vale Cardoso<sup>1</sup>**

Instituto Politécnico de Bragança e  
Ministério da Educação

### **Resumo**

A guerra colonial não constitui, hoje, uma forma de Portugal se «imaginar». Claro que interessa, primeiramente, compreender se um evento bélico prolongado, traumático e paradoxal, como foi o caso da guerra colonial, pode e/ ou deve ser um dos modos de uma comunidade se «imaginar». Não se trata apenas de constatar que a guerra colonial foi um dos acontecimentos com maior impacto na sociedade portuguesa, fosse pela sua dimensão social (quase todas as famílias foram directa ou indirectamente atingidas por ela), fosse pelas suas implicações políticas (de certo modo, a guerra vem acelerar a intenção do derrube do Estado Novo). Trata-se, acima de tudo, de entender os seus modos de prefiguração de um país a partir de um evento profundo e fracturante, ou seja, das suas implicações imagísticas, a partir das quais uma nação como Portugal procede a e/ ou evita a sua «autognose».

**Palavras-chave:** Imaginação; Invenção; Retorno; Guerra Colonial.

### **Abstract**

The portuguese colonial war does not constitute today a form of Portugal «imagine» himself. The first question is about the possibility or the necessity that a nation has to imagine itself from a long, traumatic and paradoxical event like the colonial war in Africa. It is not as simple as to comprehend its social and political effects. It's more about understanding the ways that a nation finds to prefigure its identity from a dramatic and profound event, and its imagistic representations, from which a nation like Portugal (an old colonialist nation, yet peripheral) proceeds or avoids his autognosis.

**Keywords:** Imagination; Invention; Return; Colonial War.

---

<sup>1</sup> O autor opta por escrever na grafia antiga.



## I

### A «imaginação do centro» como auto-representação

A comunidade não se imagina, quem sabe se um dia isto acontecerá, pela guerra colonial.<sup>2</sup>

A frase em epígrafe é lapidar para aferirmos que a guerra colonial não constitui, hoje, uma forma de Portugal se «imaginar», uma vez que, como sabemos, o conflito, iniciado em Angola no ano de 1961, não foi suficientemente reflectido pela democracia. Claro que interessa, primeiramente, compreender se um evento bélico prolongado, traumático e paradoxal, como foi o caso da guerra colonial, pode e/ ou deve ser um dos modos de uma comunidade se «imaginar». Não se trata apenas de constatar que a guerra colonial foi um dos acontecimentos mais importantes do Portugal do século XX, quer pela sua dimensão social, quer pelas suas implicações políticas. Trata-se, acima de tudo, de entender os seus modos de representação e as suas implicações identitárias, imateriais, ou seja, imagísticas, a partir das quais uma nação como Portugal olha para si. E do modo, impensado (e agónico, é certo), como a guerra colonial proporciona ao país uma oportunidade de autognose, pois, segundo Margarida Calafate Ribeiro<sup>3</sup>, é a «geração que fez a Guerra Colonial» em África que «vai descobrir o centro esvaziado que era o Portugal de Salazar.»

Nação colonizadora, mas periférica, o Portugal salazarista era um país anacrónico, arredado dos centros decisórios, ao qualurgia, de há muito, «regressar a casa», nem que esse regresso implicasse assumir, como o faz Almeida Garrett<sup>4</sup> ainda no século XIX, a sua situação de *romeiro* (confundido inclusive com um mendigo que pede esmola nas casas nobres), que corresponde à sua real identidade: «ninguém», aquele que regressa sem nada de um empreendimento outrora entendido como busca da glória. A presença em África ou a deslocação do país de si próprio equivaleria, então, a persistir numa ausência que abria portas ao imaginário, à criação de esperanças ilusórias de um regresso ao centro das decisões do mundo. A ausência de Portugal em África suscita desconhecimento, saudade e imaginação. A ausência reforça o estatuto do passado, forjando o entendimento do presente. De resto, no século em que Garrett<sup>5</sup> promove uma viagem de regresso a casa pelo Vale de Santarém (onde, nas *Viagens Na Minha Terra*, encontraríamos um país «vazio», «destruído pela guerra civil», um «país esvaziado de sentido»<sup>6</sup>), também Eça de Queiroz<sup>7</sup> envia o seu Gonçalo Mendes Ramires (herdeiro da «torre», onde põe por escrito os feitos dos antepassados)

<sup>2</sup> VECCHI, Roberto - *Excepção Atlântica: Pensar a Literatura da Guerra Colonial*. Porto: Afrontamento, 2010, p. 21.

<sup>3</sup> RIBEIRO, Margarida Calafate - *Uma História de Regressos*. Porto: Afrontamento, 2004, p. 30.

<sup>4</sup> GARRETT, Almeida - *Frei Luís de Sousa*. Porto: Porto Editora, 1991, p. 114-115.

<sup>5</sup> GARRETT, Almeida - *Viagens Na Minha Terra*. Porto: Porto Editora, 1992, p. 15.

<sup>6</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 58.

<sup>7</sup> QUEIROZ, Eça de - *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Edições Livros do Brasil, 2000.



para os territórios africanos onde este possa iludir-se da decadência e da perda efectiva de poder.

Cabe assim referir que, «pelo império, Portugal iludia a sua situação de séculos de decadência [...] imaginando-se no centro dos movimentos do mundo.»<sup>8</sup> O império português era, portanto, uma construção imagética através da qual o regime pretendia perpetuar uma certa ideia de nação. Ao iludir-se, o país recusava-se a olhar para si próprio, sendo que, a partir do início da guerra colonial, olhar para si implicaria olhar-se a partir de um *túmulo*<sup>9</sup>, de uma memória traumática, o que seria, evidentemente, mais difícil, sendo esse um dos motivos que leva o regime, numa primeira fase, a ir para Angola, *rapidamente e em força*. Essa partida pode ser ilustrada com a imagem do sonâmbulo, que, dormindo, sonha, ainda que sem consciência, situação que aos outros parece ser de alguém que caminha em consciência. Não o dizemos em vão, pois Eduardo Lourenço<sup>10</sup> considera que a História de Portugal é marcada por um «sonambulismo incurável». A atitude desesperada faz pressentir que o regime não consente que aquele evento quebre uma identidade forjada, isto é, que coloque em causa a nação, que, no entender de Benedict Anderson<sup>11</sup>, autor de *Imagined Communities*, é uma «comunidade política imaginária».

A essa dimensão ilusória chama Margarida Calafate Ribeiro<sup>12</sup> «o império como imaginação do centro», pois, de facto, o colonialismo português foi semiperiférico, caracterizando-se tanto por um défice como por um excesso de colonização, uma vez que era um país colonizador, mas dependente dos países centrais<sup>13</sup>. Efectivamente, há um «afastamento» do colonialismo do Estado Novo para com os «principais parceiros de colonização»<sup>14</sup>. Essa situação específica desvia o colonialismo português dos outros colonialismos europeus, e exige-lhe um duplo e ambíguo papel, que se situa entre colonizador e colonizado. Boaventura de Sousa Santos<sup>15</sup> diz-nos que «o colonizador português tem um problema de auto-representação», até porque os portugueses seriam «uma união de contrários»<sup>16</sup>, situação que a guerra colonial vem complexificar, pois a guerra será, simultaneamente, «algo de interno e de externo, de próprio e de impróprio – a complexidade da história da nação-império.»<sup>17</sup> Não obstante, é também a guerra que vem, ao mesmo tempo, exigir um questionamento das imagens do país.

<sup>8</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 27.

<sup>9</sup> Ao falarmos em *túmulo* estamos a falar no sentido em que a democratização se fez também pela *perda* de África, que, para muitos portugueses, era a pátria onde tinham nascido e, para outros, era um território desconhecido, mas propagandeado como «nosso». Maior *túmulo* – e maior perda – se se encarar a dor e o flagelo geracional da guerra colonial.

<sup>10</sup> LOURENÇO, Eduardo - *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2000, p. 47.

<sup>11</sup> ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/ New York: Verso, 1991, pp. 6-7.

<sup>12</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 27.

<sup>13</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa - *A Gramática do Tempo: Para Uma Nova Cultura Política*. Porto: Afrontamento, 2006, p. 212.

<sup>14</sup> CUNHA, Luís - *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Afrontamento, 2001, p. 114.

<sup>15</sup> SANTOS, *op.cit.*, p. 214.

<sup>16</sup> *Idem*, p. 247.

<sup>17</sup> VECCHI, *op.cit.*, p. 24.



Há, pois, uma construção de um certo «olhar» sobre a nação, sendo este como «uma «câmara escura»» onde o regime espiava «tanto os aldeões da Metrópole como os indígenas das Colónias de além-mar»<sup>18</sup>. O Portugal do Estado Novo era um país do não-acontecimento, da recusa e/ ou da manipulação dos acontecimentos, de uma «cloroformização lenta, paciente, interminável»<sup>19</sup> que visava perpetuar uma imagem mítica de si mesmo. Ora o «processo de *efabulação* da identidade nacional portuguesa»<sup>20</sup> começou a ser colocado em causa sobretudo a partir do momento em que «o império começou a «escrever à metrópole»»<sup>21</sup>, o que aconteceu com a necessidade crescente que os soldados manifestavam de estar em contacto com a sua «casa». Os soldados estavam, na larga maioria dos casos, distantes da metrópole pela primeira vez, mas também distantes das colónias, porque nelas se apercebem, empiricamente, do logro que tinha sido inculcado pelo regime. Ou seja, a guerra distancia os soldados de um certo «Portugal», o que suscita interrogações sobre o que significaria então o conceito de «pátria». Também a emigração, que teve enorme fluxo durante a década de 60, foi vivida como «instante de aventura», que «ampliou horizontes e estreitou laços culturais» quase inexistentes<sup>22</sup>.

A viagem de regresso não será, pois, necessariamente física, atravessando os mares ou os céus, mas uma interrogação sobre o rumo colectivo a tomar. Regressar era saber lidar com a ausência dos territórios ultramarinos, com os portugueses regressados desses territórios, com o lastro pesado de uma guerra que fracturara uma geração. Trata-se de uma questão central: a identidade, que, em *Para Uma Inversa Navegação: O Discurso da Identidade*, Moisés Lemos Martins<sup>23</sup> define como «a *representação* que os agentes sociais fazem das divisões da realidade, as quais contribuem para a realidade das divisões.» O autor quer sublinhar que a identidade depende da «vontade pessoal» de cada um, isto é, ou os que fazem parte de uma nação «interiorizam a representação legítima da realidade, fazendo-a sua, ou, pelo contrário, definem um destino pessoal, jogando-o contra a representação legítima, e reivindicam deste modo outra legitimidade.»<sup>24</sup> Esta consideração aproxima-se do conceito de Benedict Anderson<sup>25</sup>, quando este afirma que uma comunidade é imaginada na medida em que os indivíduos que dela fazem parte se imaginam parte de uma mesma comunidade, mesmo que nunca se encontrem, conheçam ou oiçam sequer falar uns dos outros.

Se Boaventura de Sousa Santos considera que o colonialismo português é específico, desviando-se dos restantes tipos de colonialismo exercido pelos chamados países centrais, também podemos afirmar que a guerra colonial apresenta um enorme desvio em relação às guerras convencionais ou mesmo tendo

<sup>18</sup> MARTINS, Moisés de Lemos - *O Olho de Deus no discurso Salazarista*. Porto: Afrontamento, 1990, p. 87-88.

<sup>19</sup> LOURENÇO, Eduardo - *Os Militares e O Poder*. s.l.: Arcádia, 1975, p. 66.

<sup>20</sup> CUNHA, *op.cit.*, p. 42.

<sup>21</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 176.

<sup>22</sup> BEBIANO, Rui - *O Poder da Imaginação: Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003, p. 80.

<sup>23</sup> MARTINS, Moisés de Lemos - *Para Uma Inversa Navegação - O Discurso da identidade*. Porto: Afrontamento, 1996, p. 24.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 24-25.

<sup>25</sup> ANDERSON, *op.cit.*, p. 7.



em conta a guerra do Vietname. Essas marcas levam John P. Cann<sup>26</sup> a afirmar que a guerra colonial é uma guerra singular, pois os portugueses tiveram outro modo de abordar a guerra que em tudo diferiu de outros países, o que o levou a falar do «modo português de fazer a guerra»<sup>27</sup>.

O conflito, conhecido, entre os povos africanos, como guerra de libertação, deveria fazer parte de um rumo anti-colonialista, mas o regime português, que começa por negar a existência da guerra, cingindo-a a alguns actos terroristas que era preciso estancar, acaba, posteriormente, por usar o conflito com o argumento de este se englobar na missão histórica de séculos de presença nesses territórios. Podemos afirmar que a imagem da guerra começa por ser uma imagem falsa, que faria parte de toda a imagística criada pelo regime para inculcar uma certa ideologia, *illusio* que nem mesmo com a democracia parece ser suficientemente esclarecido, como adiante falaremos.

De facto, naquele momento não coube ao regime outra solução. Assumir a guerra equivaleria a assumir uma ruptura com todas as imagens construídas pelo Estado Novo, ou seja, era como se a «mentira» fosse descoberta e, com ela, o «mentiroso». A guerra colonial era a desfiguração de um rosto, mas, assim como uma doença que exige o seu reconhecimento pessoal a bem de ser tratado, essa desfiguração era, ao mesmo tempo, uma revelação, a revelação de um rosto, o rosto de uma górgona capaz de nos petrificar perante a verdade. Como sublinha António Costa Pinto<sup>28</sup>, «o futuro do regime transformou-se assim no futuro da guerra»<sup>29</sup>, que acaba por ser «o factor determinante da forma específica como a Ditadura foi derrubada em Portugal.»<sup>30</sup>

A guerra colonial «mina a ontologia nacional»<sup>31</sup>, isto é, coloca em causa a representação oficial, o que abre, de modo danoso, novas perspectivas, tantas quantas as serpentes que saem da Górgona.

## II

### Da inexistência de uma «contra-imagem» à «invenção» de novas imagens

Talvez o império, pensou Kubai, não seja mais que um zodíaco de fantasmas da mente.<sup>32</sup>

<sup>26</sup> CANN, John - *Contra-Insurreição em África: O modo português de fazer a guerra, 1961-1974*. Lisboa: Edições Atena, 1998.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 29 e 246.

<sup>28</sup> PINTO, António Costa - *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 45.

<sup>30</sup> *Idem*, p. 65.

<sup>31</sup> VECCHI, *op.cit.*, p. 20.

<sup>32</sup> CALVINO, Italo - *As Cidades Invisíveis*. Espanha: Grupo Cofina, 2009, p. 27.



Após séculos em que pensara que era o centro do mundo, e depois de um regime político ostracizante, que tinha, como «opção política e ideológica», «uma automaginalização»<sup>33</sup> de Portugal em relação à Europa, a revolução do 25 de Abril de 1974 abre um leque de oportunidades em que o não-lugar de Rafael Hitlodeu<sup>34</sup> parecia tornar-se, finalmente, num lugar concreto. A revolução torna-se símbolo de toda a imaginação reprimida, agora descodificada. Nesse sentido, a revolução é imaginação, pois, por um lado, resulta desse «poder da imaginação»<sup>35</sup>, e, por outro, congrega toda a imaginação que, no passado, criara futuro(s).

Todavia, a herança era pesada e, tal como nas *Viagens* de Lisboa a Santarém, também agora encontraríamos um país «destroçado pela guerra» (antes civil, agora colonial), um «país esvaziado de sentido»<sup>36</sup>. A pressa de fugir dessa herança leva a que Portugal se vire, finalmente, para a Europa, procurando apagar rapidamente as sequelas negativas do fim do império<sup>37</sup>. Esta rápida vi(r)agem carecia de passos sustentados. O Portugal revolucionário, ébrio de euforia e de tensões acumuladas que urgia libertar, acaba por permitir que a descolonização se acumule à herança de que tanto pretendia evadir-se. Seria aqui importante recuperar testemunhos de factos ocorridos após a revolução, que foram comparados aos massacres da Baixa do Cassanje, ocorridos em 1961, pois o «alheamento de Portugal»<sup>38</sup> em relação ao que se estava a passar em Angola levou os militares a exigir «regresso imediato» e os civis a «improvisar» modos de embarcar para Lisboa<sup>39</sup>.

Queremos chegar a este ponto: «o regime democrático, [...], não conseguiu construir uma contra-imagem nacional suficientemente consistente para opor à imagem laboriosamente construída pelo salazarismo ao longo de 48 anos.»<sup>40</sup> Portanto, à «tradição repressiva» portuguesa, pela qual também se pautou o salazarismo, que ia oficializando a mentira<sup>41</sup>, seguiu-se uma omissão igualmente danosa já em liberdade, o que leva Roberto Vecchi a afirmar que, em meados da década de noventa, o debate sobre o tema era «anómalo», pois «a memória disputada ainda não tinha produzido uma história compartilhável.»<sup>42</sup> Como afirma ainda Paulo de Medeiros<sup>43</sup>, o impacto da guerra foi tão forte que só três décadas depois parece ser possível reflectir seriamente sobre ela. A guerra colonial, como «excrecência agónica»<sup>44</sup>, tende a ser marginalizada, e, no entender de Eduardo

<sup>33</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 123.

<sup>34</sup> MORE, Thomas - *Utopia*. Lisboa: Publicações Europa-América, s.d.

<sup>35</sup> BEBIANO, *op.cit.*, p.80.

<sup>36</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 58.

<sup>37</sup> PINTO, *Ibidem*, p. 88-89.

<sup>38</sup> FIGUEIREDO, Leonor - *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*. Lisboa: Aletheia, 2009, p. 50-51.

<sup>39</sup> *Idem*, p. 37-38.

<sup>40</sup> CRUZEIRO, Maria Manuela - «As mulheres e a Guerra Colonial: um silêncio demasiado ruidoso». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 68 (2004), p. 33.

<sup>41</sup> PIRES, José Cardoso - *E Agora José?*. Lisboa: Planeta de Agostini, 2001, p. 163-165.

<sup>42</sup> VECCHI, *op.cit.*, p. 24.

<sup>43</sup> MEDEIROS, Paulo de, «Power/Desire». In MACEDO, Ana Gabriela; KEATING - *O Poder das Narrativas. As Narrativas do Poder. Actas dos Colóquios de Outono 2005-2006*. Braga. Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2003, p. 210.

<sup>44</sup> VECCHI, *op.cit.*, p. 17.



Lourenço, «não fez, nem nunca fará, parte do discurso contemporâneo dos portugueses sobre si mesmos.»<sup>45</sup> Mas, como uma ausência a preencher, ela é um vazio que, não preenchido, passa a ser depositário de todos os erros, restos e lastros do império. Imagina-se um álibi e julga-se ultrapassado. Essa fuga implica que o rosto evite o espelho onde se deveria olhar, tendência que, de resto, faz parte da identidade portuguesa, pois, «vistos por si próprios, os portugueses só muito tarde se assumem como portugueses»<sup>46</sup>.

Trata-se, novamente, da «imaginação», da «invenção». Dela fala Luís Quintais, no seu ensaio *As guerras coloniais portuguesas e a invenção da história*. O conceito de «invenção da história» deve ser considerado com atenção. Luís Quintais<sup>47</sup> refere que há uma diferença entre os factos efectivamente ocorridos e as práticas discursivas sobre os mesmos, caracterizando-os como estabelecendo uma relação de imbricação da qual resulta uma *invenção*. A palavra é ambígua e prova a complexidade da guerra. Digamos que a ausência da guerra - como anos mais agudos dentro das relações coloniais estabelecidas pelos portugueses em África - do espaço público, situação geradora de uma representação efectiva do conflito, conduz à imaginação e à invenção. Há, pois, uma «crise do espaço português contemporâneo»<sup>48</sup>, que só parece começar a ser devidamente reflectida na literatura em livros como *Autópsia de Um Mar de Ruínas* (João de Melo), *A Costa dos Murmúrios* (Lídia Jorge) ou *Os Cus de Judas* (António Lobo Antunes).

### III

#### O retorno e a desconstrução de imagens

[...] how we formulate or represent the past shapes our understanding and views of the present.<sup>49</sup>

Em *O Retorno (R)*<sup>50</sup>, de Dulce Maria Cardoso<sup>51</sup>, encontramos-nos no cerne desta questão. Nesta narrativa, Rui prepara-se para embarcar com a família de Luanda para Lisboa, em 1975, mas no último instante, o pai é preso por um dos movimentos independentistas. A primeira parte, se assim podemos dividir a narrativa, centra-se nos preparativos para a partida, uma partida que, para Rui, é uma inexactidão, pois este não tem noção do que é Portugal a não ser pelo que ouve dizer. Rui nunca tinha estado em Portugal e Angola era a sua terra, mesmo que Portugal fosse a terra das suas raízes familiares. A partida gera desde logo

<sup>45</sup> LOURENÇO, Eduardo, «Uma cultura do silêncio». In RIBEIRO, Jorge - *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 221.

<sup>46</sup> SANTOS, *op.cit.*, p. 247.

<sup>47</sup> QUINTAIS, Luís - *As Guerras Coloniais Portuguesas e a Invenção da História*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2000, p. 31.

<sup>48</sup> RIBEIRO, *op.cit.*, p. 19.

<sup>49</sup> SAID, Edward W. - *Culture & Imperialism*. Chatto & Windus: London, 1993, p. 2.

<sup>50</sup> *O Retorno* será a partir daqui designado através da sigla (R).

<sup>51</sup> CARDOSO, Dulce Maria - *O Retorno*. Tinta-da-China: Lisboa, 2011.



silêncio, um faz-de-conta através do qual continua *tudo* na mesma, ainda que todos pressintam que *tudo* vai mudar:

Nem os tios conseguem desfazer o silêncio da nossa partida, amanhã já não estamos aqui. Ainda que gostemos de nos enganar dizendo que voltamos em breve, sabemos que nunca mais estamos aqui. Angola acabou. A nossa Angola acabou. (R, 14)

A situação difícil que se vive em Luanda é narrada por Rui como gerando a inevitabilidade da partida, considerando ainda que já deveriam ter embarcado, pois quase todos já o tinham feito. Os pontos de vista sobre a revolução são ambivalentes, não consensuais, pois se, para uns, a revolução e os revolucionários estavam a entregar Angola aos «pretos», recusando-se a aceitar que o território fosse dos «pretos» e não deles, portugueses, que eram alvo de uma perseguição sem precedentes, outros consideravam que a revolução era «gloriosa» (R, 46), o que leva inclusive o professor de Português a rasgar *Os Lusíadas*. Fosse como fosse, todos pareciam ver no retorno uma situação de mudança negativa, mas, acima de tudo, uma incógnita em relação ao futuro:

[...] nem queiram saber o que dizem de nós na metrópole, o que nos chamam, lembrem-se do que hoje vos digo, vai haver aqui um mar de sangue, 61 não foi nada comparado com o que aqui se vai dar, vai ser um salve-se quem puder [...] (R, 29)

«[...] não valia a pena, 1961 tinha sido um brincadeira de crianças [...]» (R, 33-34)

O fim da presença portuguesa em África fora inesperado, pois o pai de Rui tinha projectado que o ano de 1975 ia ser um ano «bom» (R, 30, 31), acreditando que «ia ser o melhor ano das nossas vidas», e imaginando que se ia «construir uma nação, pretos, mulatos, brancos, todos juntos vamos construir a nação mais rica do mundo, melhor até do que a América» (R, 32-33). Todavia, o desarmamento dos soldados portugueses, a fuga dos colonos, os morteiros e as chacinas, tinham levado o pai ao silêncio, à interiorização da inevitabilidade do regresso a Portugal e ao desfazer de um sonho que fora apenas imaginação, o sonho de uma nação multirracial. É preciso dizer que, para o pai de Rui, África era a sua terra na medida em que era esta que lhe dava o sustento, mesmo que fossem, em relação à metrópole, portugueses de segunda: «O pai sabia o que dizia, tinha ido para África para fingir a pobreza, em África fingava-se tudo, a morte, a pobreza, o frio e a maldade [...]» (R, 84). O pai imaginava que, na nova nação, deixariam de o ser. Mas aquela África idílica tornara-se numa guerra permanente em que, estranhamente, os angolanos combatiam angolanos, ficando os portugueses no lugar de ninguém:





Temos de cumprimentar os soldados com a saudação do movimento a que pertencem, os pretos de um movimento ainda odeiam mais os pretos dos outros movimentos do que odeiam os brancos, não podemos confundir as saudações, perde-se a vida por menos do que isso. (R, 48)

Também escreveram a letras maiores e mais carregadas, Brancos rua, Brancos fora daqui, Brancos para a terá deles e Morte aos brancos.» (R, 52)

Desfeita a utopia e consumada a ideia da partida, Rui imagina, por sua vez, um Portugal que desconhece, com as suas estações, o clima que só conhecia de ouvido, as raparigas dos brincos de cereja e, inclusive, os familiares que, para ele, eram tão distantes que lhe pareciam «ensinados pela mãe como uma matéria da escola ou da catequese» (R, 35). Mas «Portugal» encontrava-se já em trânsito, de regresso a casa, num regresso in-desejado, que se faz sentir no caos que Rui, a mãe e a irmã encontram no aeroporto de Luanda:

O aeroporto tão diferente do aeroporto das tardes de domingo em que o pai nos trazia para vermos os aviões, há centenas de pessoas à nossa volta, centenas ou milhares, não sei, nunca vi tanta gente junta, nunca vi uma confusão tão grande, tantas malas e tantos caixotes, tanto lixo, lixo, lixo e mais lixo [...] (R, 59)

A chegada à metrópole parece a Rui um acontecimento «esquisito» (R, 76) e «impossível» (R, 77) de acontecer, pois estava fora das suas expectativas vir um dia em definitivo para Portugal. Entretanto, a sua identidade muda imediatamente com a chegada, pois passam a ser «retornados», mesmo que não saibam bem o que isso significa (R, 77), situação que os coloca, também na metrópole, no papel de «portugueses de segunda». Para não agravar a sua situação, pois os retornados eram olhados com desconfiança, a mãe mente sobre o pai, dizendo que este retardara o retorno a bem de tratar de assuntos pendentes. Portanto, numa terra desconhecida, onde são mal-amados, onde se sentem diferentes, remetidos a um hotel, sem o pai que os orientasse, Rui e a família têm que começar uma vida nova. O horizonte de expectativas não é largo, resumindo-se ao hotel de 6 pisos, onde são albergados 336 retornados. O hotel é uma nova margem entre os portugueses, pois surge-lhes como um recanto ínfimo de uma nação que, até então, lhes parecia enorme:

A metrópole tem de ser toda como este hotel, o que hoje vimos antes de aqui chegar só pode ser engano. [...]

A metrópole tem de ser como este hotel [...]. Portugal não é um país pequeno, era o que estava escrito no mapa da escola, Portugal não é um país pequeno, é um império do Minho a Timor. (R, 83)

Goradas as expectativas, os horizontes limitam-se, em Lisboa, a uma vida muito diferente da que tinham em Luanda. Desde logo pela questão de serem tratados como «retornados», mas também porque a sua estadia num hotel os diferencia de



outros «retornados». Os que estavam no hotel são, para Rui, «castigados», enquanto os que trabalhavam para o Estado «não estão nos hotéis, têm a vida arranjada [...], são recompensados» (R, 116), e evitam os que estão nos hotéis para não serem vistos como retornados. Os retornados dos hotéis são também alvo de preconceitos por parte dos empregados, que consideram que os que vieram de África foram expulsos das colónias porque exploraram «os pretos», culpando-os de terem perdido tudo o que pertencia a todos, e preferindo servir «os pretos», que seriam vítimas (R, 91-92) desses portugueses que não eram sequer vistos como tal. Deste modo, estabelece-se uma diferença substancial entre «os de cá» e «os de lá» (R, 107-109). Os preconceitos estendem-se a outros aspectos: por exemplo, Vítor «não gosta de retornados por causa do irmão que foi fazer a guerra na Guiné e veio de lá maluco. Não sei como podemos ter culpa do que aconteceu lá aos soldados que iam daqui.» (R, 128-129) Portanto, os «de cá» culpam os «de lá» por todos os acontecimentos negativos que se passaram nos últimos quinze a vinte anos: exploração e massacres dos negros, consequências físicas e psicológicas nos soldados, perda do império que consideravam ter.

Não obstante, todas essas considerações carecem, na óptica de Rui, de conhecimento de causa. Do mesmo modo que Rui desconhecia o frio, a água fria do mar, a duração do sol de «cá» (R, 105; 107; 136; 142), também os «de cá» desconheciam o que se passava «lá». Duas situações são reveladoras da dificuldade de adaptação e da marginalização dos retornados - as relações amorosas e a situação de sala de aula:

Estar na metrópole ainda é pior para as raparigas, os rapazes de cá não querem namorar com as retornadas. Se for para gozar está bem mas para namorar não, os rapazes de cá dizem que as retornadas lá andavam com os pretos. E as raparigas de cá não querem ser amigas das retornadas para não serem faladas, as retornadas têm má fama, usam saias curtas e fumam nos cafés. (R, 143)

A puta da professora, um dos retornados que responda, como se não tivéssemos nome, como se já não bastasse ter-nos arrumado numa fila só para retornados. (R, 139-140)

Na senda destes acontecimentos e situações, a metrópole em tudo difere da imaginação e, em grande parte dos casos, para pior. Comparativamente, a vida em Angola era melhor, mas, dadas as circunstâncias, os que vieram de lá sentem-se numa terra de ninguém, não pertencem a nenhum dos lugares, têm duas terras ou então não pertencem a nenhum lugar (como é a situação da sua mãe, R, 95). Evidentemente, Rui começa a dar razão ao pai: «O pai tinha razão, aquilo era a nossa terra, devíamos ter ficado lá [...]» (R, 125-126). Rui vê uma réstia de esperança no regresso do pai, ainda que, à medida que o tempo avance, tal situação pareça cada vez mais inviável. De certo modo, a ausência física do pai, a sua prisão e a mentira à chegada a Lisboa sobre o seu paradeiro, acabam por ir enformando o pai de um papel-fantasma. Rui não desiste, e, do hotel, imagina o regresso do pai. Só no dia da independência de Angola parece assumir: «O pai



morreu.» (R, 153) Porque esse dia marcou o efectivo fim daquela que entendiam ser a sua terra e, por mais que a tivessem perdido, sentiam ainda que era sua:

É hoje. Hoje é o dia da independência de Angola. Angola acabou, a nossa Angola acabou. [...] uma ideia do Pacaça que diz, estou de luto, hoje morreu-me a minha terra, hoje tornei-me um desterrado, vivemos na certeza de que as terras não morrem, vivemos na certeza de que a terra onde enterramos os nossos mortos será nossa para sempre e que também nunca faltará aos nossos filhos a terra onde os fizemos nascer, vivemos nessa certeza porque nunca pensamos que a terra pode morrer-nos, mas hoje morreu-me a minha terra, hoje morreram os meus mortos e os meus filhos perderam a terra onde os fiz nascer, os meus filhos desterrados como eu. (R, 153-154)

Porém, o inesperado acontece e o pai de Rui acaba mesmo por regressar «da morte» (R, 220). O pai «voltou a nascer» (R, 256) e com ele a promessa de que haviam de ter uma casa e uma vida boa outra vez. Quer isto dizer que o fim do império exigia tanto um renascimento como uma superação da morte e dos seus fantasmas. Mas o mais importante é que o regresso a «casa» impõe a construção de uma «casa» que, afinal, não existia, ou seja, regressar é erigir algo que ocupe um vazio. No fundo, a imaginação, enquanto acção irrealista (podemos dizer utópica), cede o seu lugar à realidade, em que os sonhos têm lugar, ainda que sem os devaneios estonteantes do passado.

#### IV

#### A percepção do esquecimento

Soprou-lhe ao ouvido, numa voz grave e doce:  
O nosso céu é o vosso chão.<sup>52</sup>

Em *Teoria Geral do Esquecimento*, de José Eduardo Agualusa, também nos encontramos em Luanda, Angola, em 1975, uma época crítica, em que os portugueses se encontram entre os movimentos angolanos que se digladiam entre si pelo poder. Como constata então o jornalista polaco Ryszard Kapuscinski, que se desloca para Angola em 1975, onde durante três meses elabora uma reportagem intitulada *Another Day of Life*, «todos travavam uma guerra privada, todos estavam

<sup>52</sup> AGUALUSA, José Eduardo - *Teoria Geral do Esquecimento*. Lisboa: D. Quixote, 2012, p. 18.



por conta própria.»<sup>53</sup> Desse relato, Kapuscinski destaca que em Luanda só os cães estavam vivos, e quando estes desapareceram «a cidade caiu num rigor mortis.»<sup>54</sup>

Se em *O Retorno* encontrámos uma família que se desagrega em vésperas de embarcar para Portugal devido à guerra civil, em *Teoria Geral do Esquecimento* (TGE)<sup>55</sup> a desagregação impede o embarque de Ludovica (Ludo) para Portugal e provoca o seu emparedamento numa cidade em autodestruição. À vida pacata de Ludo (que vivia com a irmã e com o cunhado no último andar de um dos mais luxuosos prédios de Luanda) sucede-se a incerteza devido à «confusão na metrópole» (TGE, 15). A «confusão» é a revolução, entendida pela irmã de Ludo, Odete, como a instauração da desordem em Luanda. Assim, Odete propõe a fuga imediata para a metrópole com receio dos «terroristas» que atacam os «brancos» e se atacam entre si, mas Orlando, seu marido, contrapõe com a imersão na sua verdadeira nacionalidade: «Os tais terroristas combateram pela liberdade do meu país. Sou Angolano. Não sairei.» (TGE, 16) Portanto, a queda do regime supõe a queda das máscaras, e Orlando, que se entendia publicamente como português, assume, mediante os acontecimentos recentes, uma identidade interior.

Contudo, o fim da ditadura em Portugal e o acordo para a independência de Angola (a concretizar-se em novembro de 1975) não abrem caminho à clarividência. A sinuosidade é evidente quando Orlando é convidado para ser um «quadro» num governo provisório (TGE, 16), mas termina quando se apercebe que, fruto das divisões entre os angolanos, a única alternativa é partir para Portugal (TGE, 21), assumindo novamente, ainda que de modo forçado, a identidade portuguesa.

As circunstâncias ganharam contornos dramáticos e inesperados, e uma noite, após um sonho enigmático, Ludo acordou e encontrou-se sozinha no apartamento: a irmã e o cunhado tinham desaparecido. O sonho de Ludo parecia ganhar contornos de realidade. Ludo tinha sonhado que, debaixo da cidade, se estendia uma infinidade de túneis, onde milhares de pessoas viviam do que «a burguesia colonial lançava para os esgotos» (TGE, 18), o que as levava a considerar que o chão dos colonos era o céu dos angolanos. A imaginação de Ludo não estaria longe da verdade. Como qualquer sonho, cada elemento era uma representação, e a situação em que ela vivera até então iria naturalmente ser alterada. O prédio luxuoso que se erguia no céu de Luanda representava o poder colonial, quase uma espécie de estratificação social. Como uma sociedade tradicional, o prédio era a nova pirâmide, mas essa situação estaria prestes a ser invertida, dando lugar ao caos entre todos, o que reenvia ao mito da Torre de Babel.

Sozinha em Luanda, num apartamento de um prédio, Ludo tinha apenas a companhia do seu cão, ao qual dera o simbólico nome de Fantasma devido à sua cor branca. Num prédio quase vazio, que representa a deserção de todos os que fugiam da guerra, Ludo vê-se confrontada com uma ameaça que chega via

<sup>53</sup> KAPUSCINSKI, Ryszard – *Another Day of Life*. London: Penguin, 2011, p. 8 (tradução nossa).

<sup>54</sup> *Idem*, p. 26-27 (tradução nossa).

<sup>55</sup> O livro *Teoria Geral do Esquecimento* será a partir daqui designado através da sigla (TGE).



telefónica para que descubra o «milho» (pedras, diamantes), com o qual evite que a sua irmã sofra as consequências (TGE, 22). Ainda que só tivesse encontrado dinheiro e uma arma, Ludo vê-se encarcerada no momento em que três homens se aproximam da sua porta e a confrontam para que lhes devolva o que lhes tinha sido roubado durante «quinhentos anos». Em instinto de protecção, Ludo dispara e acaba por matar um dos homens, que enterrará numa piscina inacabada que Orlando construía em tempos no terraço do prédio. À imagem idílica de uma piscina sobre Luanda, segue-se um túmulo de cimento, que representa ora o fim de uma vida colonial (que tinha sido mais livre em Luanda que em Lisboa), ora o fim do sonho da construção pacífica e livre de uma nova Angola. Era como se, na construção desse túmulo, se questionasse se a construção de uma nova nação tinha de ser necessariamente fundada na dor e no sangue.

Emparedada no prédio vazio, sem soluções de fuga, a situação de Ludo representa o modo como, metaforicamente, Portugal, mesmo partindo de África para sua «casa», fica refém desse tempo e desse lugar. Receando que os ecos da turbulência da guerra chegassem à sua porta, Ludo usa os materiais anteriormente destinados à construção da piscina para erguer uma parede no corredor, separando a sua porta do resto do prédio e da cidade, onde o som dos foguetes e dos morteiros explodia sem cessar, entre a multidão. Tentando sentir-se um pouco mais segura, agora que estava arredada dos confrontos, da cidade, do prédio e do mundo, afinal, Ludo «tentou imaginar-se muito longe dali, na segurança da antiga casa, em Aveiro, assistindo a filmes antigos na televisão enquanto saboreava chá e trincava torradas. Não conseguiu.» (TGE, 27) Não era, de facto, possível erguer uma parede sobre o medo e sobre a memória. A *teoria geral do esquecimento* passaria pelo encerramento por detrás de um muro, que funcionaria como um arquivo, um assunto arrumado. Era isso que Ludo pretendia, ser esquecida para não ser atacada.

A construção do muro segue o rumo contrário da guerra, pois enquanto esta destrói a cidade, o muro erguido por Ludo funciona para ela como uma redoma protectora. Auto-exilada, Ludo representa a situação precária e absolutamente caótica em que a cidade de Luanda caiu, pois a porta, como elemento transitório, que tanto se liga ao acesso como à interdição, e que os latinos associavam a Janus (o deus dos rostos contrapostos), separa os portugueses dos angolanos, e fá-lo como se o muro erguido fosse, ele próprio, o levantar de uma interrogação sobre aquela época de transição. Não é de menorizar que o muro de cimento erguido oculte a porta, ou seja, a porta deixou de existir, não se encontra apenas encerrada. Não se trata apenas do fim de um ciclo, que é, evidentemente, mas também não se trata ainda da abertura de uma nação ao que os angolanos tinham sonhado, pois esta Angola independente será uma Angola banhada a sangue durante décadas, uma Angola em luta consigo mesma.

É isso que significa a desaceleração do tempo percebida por Ludo após a sua prisão-libertação. Ela percebeu que o tempo ia demorar a passar e que poderia ficar ali fechada durante muito tempo. Alimentada por sonhos, pela companhia de Fantasma(s), pelos ruídos dos novos habitantes do prédio, Ludo vai olhando e imaginando a cidade submersa. Do alto do prédio, envolvida numa caixa, para que



ninguém a descubra, Ludo é como um espantalho que afugenta a presença humana, alimentando-se de pombos (da paz?) e de imaginação (de uma nova Luanda?). Esta distância em relação aos homens é uma espécie de misantropia, pois o ocorrido em Luanda não seria digno do Homem, nem Luanda faria parte da Cidade. O exílio e a marginalização suscitam, ainda assim, e paradoxalmente, a imaginação, sendo que esta não adquire representação social. Na verdade, o desaparecimento e o silêncio de Ludo são uma imagem do silêncio e da omissão dos verdadeiros acontecimentos pós-Abril. A descolonização não foi pacífica e houve derramamento de sangue após a euforia revolucionária, como podemos ler na ausência, no silêncio, no *muro* erguido sobre o passado-presente.

Uma das formas desse «desaparecimento» auto-infligido por Portugal a si mesmo (porque praticado pelos seus aos seus, quebrando inclusive o que Anderson entende por «comunidade imaginária») é a ausência de «expressão pública, ou qualquer articulação colectiva, oficial»<sup>56</sup> dos ex-combatentes, ou os estereótipos estabelecidos para com os chamados «retornados». Vejamos: «dada a sua exclusão do espaço social, os seus direitos e deveres de cidadania encontram-se seriamente comprometidos»<sup>57</sup>. Só as novas gerações parecem ser capazes de procurar entender o que terá acontecido por detrás do muro. É isso que ocorre no romance de José Eduardo Agualusa, em que a filha de Ludo, que esta desconhecia, escreve ao director do «Jornal de Angola» solicitando ajuda sobre o paradeiro de sua mãe (TGE, 111). Nessa carta, Maria da Piedade Lourenço refere que não há qualquer registo sobre o paradeiro da mãe e da tia. A ausência de registo, como se houvesse um apagamento das pessoas, é ainda todo o apagamento feito para com o colonialismo e, preponderantemente, para com o tempo pós-revolucionário.

No livro *Ficheiros Secretos da Descolonização de Angola*, Leonor Figueiredo fala exactamente do que sucede no livro de José Eduardo Agualusa, referindo-se aos portugueses «desaparecidos» e «esquecidos»<sup>58</sup>, muitos deles «abandonados no caos em que Angola se encontrava»<sup>59</sup>. Baseando-se na propaganda da época, que propalava que «Descolonizar não é abandonar», Leonor Figueiredo<sup>60</sup> sublinha um ponto central: «Era preciso explicar, neste pós-25 de Abril ainda colonial, a razão de as tropas continuarem no terreno», o que acontecia após o desmoronar das estruturas de segurança. Ironicamente, a *Teoria Geral do Esquecimento* (TGE, 187) vem falar em «atazagorafobia», ou medo de ser esquecido.

Não terá Portugal medo de se esquecer de si próprio?

## V

### Entre o céu e o chão

<sup>56</sup> QUINTAIS, *op.cit.*, p. 116.

<sup>57</sup> *Idem*, p. 117.

<sup>58</sup> FIGUEIREDO, *op.cit.*, p. 8.

<sup>59</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>60</sup> *Idem*, p. 16.



Quer dizer, na nossa História paradigmática, que se desenrola com uma coerência mítica sem falhas desde Ourique a Fátima. O resto é silêncio. É mesmo um duplo silêncio<sup>61</sup>.

Do alto de um prédio ou do alto de um hotel, um país que se esquece de si próprio é certamente um país que não se pode imaginar com coerência. Desses lugares elevados, símbolo da hominização, é certo, mas também do poder exacerbado, este país devia e podia olhar o mundo, mas só o pode fazer se olhar para si. A Torre de Babel é o lugar de onde o Homem se imagina um deus e de onde esse mesmo Homem cai incapaz de se entender. Entre o «céu» e o «chão», aquele que ascende é também aquele que cai e que deve, nessa sua queda, olhar como nunca olhou para a lama e para a escuridão dos túneis, dos subterrâneos, dos esgotos que existiam sem que o soubesse ou o admitisse. Portugal necessita de perceber que o império que julgou ser ou ter constituiu uma falsa «torre», isto é, um poder meramente ilusório. Perdida a ilusão, o país devia ter compreendido a realidade, apreendendo o submundo que dela fazia parte, - essa rede subterrânea, que consiste nas «malhas» do passado (para usar o conhecido termo de Fernando Pessoa, verso do poema «Menino de sua mãe»), que não podem ser recusadas. Ser capaz de cair para lembrar a dor não é um erro histórico, mas, antes, demonstrar capacidades para se elevar acima dos seus próprios erros.

Do alto (do poder) a visão deve ser ilimitada, mas é também nas alturas que se requer maior equilíbrio. A identidade é histórica: do alto da sua torre, Gonçalo Mendes Ramires reflecte sobre o poder consolidado pelos seus antepassados, imaginando que é capaz de manter esse poder ainda que agora necessite de o ver consolidado pelo voto, sempre esperando um milagre (*A Ilustre Casa de Ramires*, de Eça de Queiroz); do terraço do hotel *Stella Maris*, Eva olha o horizonte, aguardando que o seu marido regressasse impoluto da guerra (*A Costa dos Murmúrios*, de Lídia Jorge<sup>62</sup>); do hotel em Lisboa, Rui imagina o pai que regressa e não regressa de uma Luanda e de uma Angola que ainda é e jamais será deles (*O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso); do prédio, Ludo imagina o que sucede na cidade lá em baixo, como se o tempo não passasse (*Teoria Geral do Esquecimento*, de José Eduardo Agualusa).

Ora como vemos na frase em epígrafe, a História de Portugal desenrola-se com uma «coerência mítica sem falhas». A revolução oferece a hipótese de consubstanciar os sonhos, mas tal não significa ascender a novas «torres» de onde se esqueça o passado como novas redes subterrâneas que jamais tenham existido. A Cidade que a revolução de Abril permite construir não pode perpetuar essa construção mítica, sob pena de novas ilusões, mas, para tal, necessita de desconstruir os mitos, encarando que caiu do alto, ou, *mutatis mutandis*, que perdeu a supremacia que supunha ter. Assim, o Rui de *O Retorno* e a Ludo de *Teoria Geral do Esquecimento*, um em Lisboa, outro em Luanda, na mesma época (1975), não olham um para o outro, mas encontram-se numa liberdade precária

<sup>61</sup> LOURENÇO, Eduardo - «Uma cultura do silêncio». In RIBEIRO, Jorge - *Marcas da Guerra Colonial*. Porto: Campo das Letras, 1999, p. 221.

<sup>62</sup> JORGE, Lídia - *A Costa dos Murmúrios*. Lisboa: Público/ Planeta de Agostini, 2002.



porque esta tem de ser obrigatoriamente construída sob as mazelas de um passado que deve ser vencido, mas não recusado. Eles não estão *in albis*. Estão livres, efectivamente, mas encontram-se «emparedados» por um passado esmagador, por um futuro incerto, por sentimentos de perda, de ausência e de dúvida. Livres sim, mas tão-só para (se) imaginar como se não tivessem vivido o que viveram, pois o que o país deseja é esquecer. Este esquecimento é, afinal, uma nova imagética do país.

Os lugares de agora (o hotel e o prédio) não são «torres» de poder, pois, tal como em *A Ilustre Casa de Ramires*, em que a «torre» já não é tanto um monumento, também os lugares elevados onde Rui e Ludo se encontram não são mais que a utilidade a que se prestam: o hotel não recebe hóspedes, acolhe refugiados; o prédio vai sendo desabitado, e, depois, saqueado. E se o «monumento é uma réplica do relógio universal», um «meio de transmissão de uma mensagem [...] aos vindouros»<sup>63</sup>, o hotel e o prédio não têm qualquer validade monumental, ou seja, são lugares que se arriscam a não transmitir qualquer memória às novas gerações.

O alto do hotel e do prédio são ilhas onde as personagens, sozinhas, reflectem sobre a ausência e a perda, que, dada a ausência de memória colectiva, só a imaginação pode voltar preencher. Contudo, essa imaginação não é partilhada, não é colectiva. Estas individualidades já não se imaginam como partes de uma «comunidade imaginária». Elas desejam-no, mas não têm já a ilusão de que pertencem a um grupo anónimo com o qual partilham uma identidade, uma nação. Isso quer dizer, em rigor, o que não se deseja mas urge saber: o seu céu é agora o chão de alguém.

---

<sup>63</sup> DIOGO, Américo António Lindeza – *Os Caminhos do Patriarca: Representação, Tempo e Romance no «Último Eça»*. s.l.: Cadernos do Povo/ Irmandades da Fala da Galiza e Portugal, 2001, p. 25-26.